

Sexualidade, sociedade e política

Um homem pode se sentir “masculino” e mesmo assim desejar outro homem? Uma mulher pode se sentir “feminina” e mesmo assim desejar outra mulher? Essas questões de sexualidade são um assunto público ou privado? Leia o texto abaixo e descubra algumas idéias correntes a esse respeito.

É comum acreditarmos que o corpo – e, por extensão, a sexualidade – é o que temos de mais “natural” e particular. Ele aparece como uma fonte primordial da identidade de homens e mulheres enquanto pessoas de um sexo ou de outro. Hoje em dia, também reconhecemos mais facilmente que o desejo e a busca de prazer, assim como a necessidade de compartilhar intimidade e afeto, são inerentes aos seres humanos. Assim como estas necessidades dizem respeito à privacidade e ao bem-estar de cada indivíduo, sua expressão é constantemente sujeita à vigilância pública e precisa do reconhecimento coletivo para seu livre exercício, sendo de fato protegida pela Constituição Brasileira.¹ Todas e todos podemos reconhecer, em nossa própria experiência, as pressões sociais para que nossa sexualidade se realize conforme o que “naturalmente” se espera. A escola é um dos locais onde essas pressões se manifestam mais visivelmente, por se tratar de um contexto privilegiado de aprendizado de pautas de convivência social e de desenvolvimento de habilidades, dentre elas, os modos de compreender a diversidade.

Os valores e os modelos de conduta produzidos na escola e transmitidos por ela, tanto por meio dos conteúdos da educação formal, como através da interação cotidiana com colegas, educadoras e educadores, encarnam todos os preconceitos e as desigualdades que são comuns na sociedade, legitimando-os pelo peso da instituição educativa e pela sanção coletiva da comunidade escolar. Guacira Lopes

Louro observa que, embora não se possa atribuir à escola o poder e a responsabilidade de explicar identidades sociais ou de determiná-las de forma definitiva, é necessário reconhecer que “suas proposições, suas imposições e proibições fazem sentido, têm ‘efeitos de verdade’, constituem parte significativa das histórias pessoais”². Por exemplo, a idéia

Dicas de leitura:

1. Louro, Guacira Lopes. *Pedagogias da sexualidade*. In: ____ (Org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999
2. _____. *Gênero, sexualidade e educação*. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2004 (1. ed.: 1997).
3. Britzman, Deborah. “O que é essa coisa chamada amor: identidade homossexual, educação e currículo”. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 21, n. 1, jan./jul. 1996.

¹ Artigo 5º da Constituição da República Federativa do Brasil, acessível em http://www6.senado.gov.br/con1988/CON1988_08.03.2006/art_5_.htm

² Louro, Guacira Lopes. *Pedagogias da sexualidade*. In: ____ (Org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999, p.21.

de que o desenvolvimento “normal” da sexualidade conduz à união de um homem e uma mulher, e de que qualquer outra alternativa representa um “problema” que pode ser “bem ou mal resolvido”. O desafio para educadoras e educadores é adotar um olhar reflexivo sobre esses preconceitos e as situações de desigualdades que eles geram, para ser capaz de abordar tais questões na sala de aula.

Como vimos no Módulo *Gênero*, é dado como pressuposto que quem tem pênis é “homem” e, portanto, deve se sentir “masculino” e se comportar como tal. Nessa mesma linha, quem tem vagina é “mulher”, deve se sentir “feminina” e se comportar como tal. O homem tem que desejar a mulher e a mulher, o homem. Somente o homem e a mulher podem se unir em casamento e formar uma família em que serão criados os futuros homens e mulheres, os quais, por sua vez, devem repetir todo o ciclo e, assim, reproduzir a sociedade. Isto corresponde ao que é considerado “certo” e “normal” pelo senso comum.

Porém, acontece – muito mais freqüentemente do que se imagina – que corpos, desejos, sentimentos e comportamentos não são convergentes e não correspondem necessariamente às expectativas do que é tido como “natural”, “certo” e “normal”. Um homem pode se sentir “masculino” e desejar outro homem. Uma mulher pode se sentir “feminina” e desejar

Um homem pode se sentir “masculino” e desejar outro homem.

Uma mulher pode se sentir “feminina” e desejar outra mulher.

Alguém que nasceu com atributos corporais masculinos e foi educado para “atuar como homem” pode se sentir “feminino” (ou vice-versa), a ponto de querer modificar seu corpo (...)

outra mulher. Alguém que nasceu com atributos corporais masculinos e foi educado para “atuar como homem” pode se sentir “feminino” (ou vice-versa), a ponto de querer modificar seu corpo tornando-se tão mulher (ou tão homem) quanto quem teve esse gênero atribuído ao nascer.

Por que isso acontece? A sexualidade, ao contrário do que se pensa, não é uma questão de “instintos” dominados pela natureza ou apenas de impulsos, genes ou hormônios. Tampouco se resume às possibilidades corporais de vivenciar prazer e afeto. Ela é, sobretudo, uma *construção*. A sexualidade envolve um processo contínuo, e não linear, de aprendizado e reflexão por meio do qual, entre outras coisas, elaboramos a percepção de quem somos. Esse é um processo que se desdobra em meio a condições históricas, sociais e culturais específicas. Nascemos dotadas e dotados de determinadas capacidades biológicas. Todo o resto se constrói e vai se formando ao longo da vida. Por isso, as expressões da sexualidade humana são tão diversas.

Biologicamente, costuma-se dividir a espécie humana em dois grupos: o do sexo feminino e o do sexo masculino. Segundo uma determinação genética, quem porta os cromossomos XX é considerado biologicamente “mulher”, e quem porta os cromossomos XY é considerado “homem”. Porém, casos de crianças com ambigüidade genital não são tão raros e envolvem grande ansiedade dos pais, da comunidade e dos cientistas quanto à definição do sexo e

do gênero. Tais casos remetem às chamadas “cirurgias de correção”, bastante polêmicas.

No cotidiano escolar, a sexualidade está presente das mais variadas formas: nos pressupostos acerca da conformação das famílias, dos papéis e do comportamento de homens e mulheres; nos textos dos manuais e nas práticas pedagógicas; em inscrições e pichações nos banheiros e nas carteiras; em olhares insinuantes que buscam decotes, pernas, braguilhas, traseiros; em bilhetes apaixonados e recadinhos maliciosos; em brincadeiras, piadas e apelidos que estigmatizam os rapazes mais “delicados” e as garotas mais “atiradas” etc.

Além disso, nos últimos anos, questões como a epidemia do HIV-Aids e a gravidez na adolescência colocaram a sexualidade na ordem do dia da política educacional, bem como no conjunto de preocupações mais amplas da sociedade, como o direito à informação, por exemplo, ou a auto-estima, a solidariedade, a consideração para com o outro e o respeito às diferenças. A sexualidade também está no centro de grandes controvérsias contemporâneas que dizem respeito ao futuro das relações sociais de gênero, do casamento, da família, do direito das pessoas decidirem sobre seu corpo e sobre as maneiras de viverem e de exprimirem publicamente suas afetividades.

Dica de leitura:

Paula Sandrine Machado. “‘Quimeras’ da ciência: a perspectiva de profissionais da saúde em casos de intersexo”. Disponível no link: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092005000300005&lng=pt&nrm=iso69092005000300005&lng=pt&nrm=iso

Dicas de filme:

1. Transamérica, de Duncan Tucker (EUA, 2005), 103 min. Bree é uma mulher transexual e está pronta para completar a sua transição do gênero masculino ao feminino através de uma cirurgia de transgenitalização. Enquanto isso, ela descobre que é pai de um adolescente no outro extremo do país.
2. XXY, de Lucía Puenzo (Argentina, 2007), sobre um/a jovem intersex cujo pai apóia a sua escolha de não ser submetido/a a tratamentos médicos de normalização.